

RURAL, RURALIDADE, PLURIATIVIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Marcelino de Souza e Ângela Luciane Klein

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem o propósito de apresentar alguns conceitos e aspectos introdutórios à discussão da temática de “turismo rural”. Iniciamos refletindo sobre a noção de rural e ruralidade, fazendo uma passagem rápida pelos autores que já sistematizaram o assunto, proporcionando uma visão panorâmica, mas também, na medida do possível, atualizada sobre o tema.

Como bem afirmou Veiga (2005, p. 9), “cedo se chega à conclusão de que a noção de rural mais generalizada nas ciências sociais, com fortes repercussões no uso do termo, está hoje teoricamente desacreditada e esforços para a sua reabilitação ou reconceitualização resultam claramente infrutíferos”. Apesar disso, o autor chama atenção para o fato de que a noção de rural é ainda recente e se encontra historicamente datada. Nesse sentido, apresentamos como essa noção se manifestou no contexto brasileiro e discutimos o conceito de ruralidade.

Na sequência do texto, discutimos a noção de pluriatividade e as suas principais distinções, com base nos autores clássicos da literatura internacional que trataram sobre o assunto. O propósito dessa abordagem é destacar o turismo rural como expressão de uma pluriatividade particular e que se reveste de

grande importância para pensarmos nas noções de desenvolvimento rural e de multifuncionalidade dos espaços rurais.

Por último, discutimos um conceito que vem ganhando destaque na literatura internacional: o desenvolvimento rural multifuncional. Ele permite compreender como a atividade turística rural é uma inovação social que tem promovido os espaços rurais como locais de recreação e lazer.

RURAL E RURALIDADE

A noção de rural apresenta diversas conceituações de acordo com o momento histórico e o contexto social no qual se insere, estando permeada pelas diferentes configurações econômicas e socioespaciais de cada época. Desse modo, para que haja um melhor entendimento do que se entende por rural na atualidade, torna-se necessário, inicialmente, recorrer a diferentes autores que buscam, a partir de suas obras, analisar a evolução dessa noção ao longo dos tempos.

Segundo Veiga (2005, p. 10), o debate sobre a noção de rural e suas críticas seguiu, *grosso modo*, uma evolução histórica estreitamente vinculada à evolução da realidade social e econômica dos países de origem, e se agrupa em duas problemáticas principais: (1) os estudos das comunidades rurais como objeto em si, realizados essencialmente no âmbito da antropologia, da geografia humana e da sociologia rural; (2) os estudos da agricultura, como atividade econômica, social e política e estruturante do meio rural, realizados no âmbito da sociologia rural e da economia agrária, nas suas várias correntes.

No contexto brasileiro, destacamos o estudo de Queiroz (1979), que se enquadraria no chamado “estudo das comunidades rurais” no âmbito da sociologia rural. Foi realizado, ainda na década de sessenta, por meio do estudo de romances literários consagrados e nos apresenta uma análise interpretativa muito interessante do ponto de vista sociológico. A partir desse conjunto de obras, a autora analisa a estrutura da sociedade brasileira e as transformações ocorridas nas relações campo-cidade no século XIX e início do século XX, evidenciando aspectos importantes desse período, não apenas econômicos, mas principalmente culturais e sociais.

De acordo com Queiroz (1979), o processo de industrialização e urbanização no mundo ocidental implicou a transformação do gênero de vida urbano, que inspirou profundamente a literatura europeia na época. Da Europa, esse novo gênero de vida irradiou-se para o Brasil ainda no século XIX, sem que o país tivesse, porém, entrado na industrialização. Queiroz esclarece que o “gênero de vida pode emigrar de uma sociedade global para outra, sem que nestas as relações básicas de produção se tenham modificado; adquire, por assim dizer, independência com relação aos fatores que o fizeram surgir” (QUEIROZ, 1979, p. 171).

Assim, a hipótese é de que, no período de 1820 a 1930, o que ocorre no cenário brasileiro é, na verdade, um processo de difusão cultural de um gênero de vida ocidental burguês que é eminentemente citadino, e não de urbanização e, por conseguinte, de industrialização. Esse processo, por sua vez, determinaria uma transformação nas relações campo-cidade, proveniente da diversidade de gêneros de vida que passa a existir, dando origem a uma “civilização citadina”, inteiramente influenciada pelas maneiras de ser europeias e distanciada da “civilização rústica”.

Consequentemente, a estrutura da sociedade brasileira no que toca às relações rurais e urbanas vai adquirindo um novo formato, com a inversão da dominação do urbano pelo rural, que se transformou em dominação do rural pelo urbano. Assim, enquanto a cidade ganha prestígio e *status*, o campo passa a ser visto como um lugar atrasado, isolado e decadente.

Com o surgimento de um processo de industrialização, iniciado por volta da década de 1940, portanto, posterior ao “aburguesamento das cidades”, essa distinção aumenta consideravelmente, produzindo uma verdadeira ruptura cultural. O rural e o urbano passam a ser vistos sob uma perspectiva dicotômica, separados e com características antônimas. Decorre daí a imagem de duas sociedades paralelas no Brasil, coexistindo quase isoladamente uma da outra. Essa visão do rural “definido pelas suas características próprias, como o oposto do urbano, numa visão dualista de tipos ideais, cedo viu, porém, o seu valor explicativo posto em causa na análise da mudança social” (VEIGA, 2005, p. 9).

Nessa conjuntura, a noção de muitos estudiosos e pesquisadores acerca do rural prevaleceu (e, de certa forma, ainda prevalece) vinculada à ideia de atraso, retrocesso e desinformação, não somente no Brasil, como também em outros países da América Latina e Europa. Kageyama (2008) evidencia muito

bem essa questão ao apresentar de maneira sucinta e objetiva algumas ideias propostas por diferentes autores. A noção de rural para esses estudiosos está associada, de um modo ou de outro, a duas ideias gerais: a primeira é de que a ruralidade tem uma essência geográfica; e a segunda é de que tal essência está associada à distância, ou seja, o rural é visto como uma área afastada e isolada.

De acordo com Gomes (2001, apud KAGEYAMA, 2008, p. 19), do ponto de vista tradicional, existem três características básicas associadas à ruralidade: baixa densidade populacional; atividades agrícolas e atraso material e cultural. “A origem dessa visão é uma dicotomia que opõe o tradicional, representado pelo campo, pelo agrícola e pelo rural, ao moderno, representado pela cidade, pela indústria e pelo urbano. Essa situação tem por consequência lógica a inevitável migração da população rural para a cidade”.

Entretanto, em decorrência de uma série de fatores, dentre eles a crise que atinge o setor agrícola a partir dos anos setenta, uma nova realidade começa a despontar no meio rural, em oposição a essa visão tradicional, caracterizada por uma grande diversidade de ocupações, serviços e novas funções não exclusivamente produtivas (residência, paisagem, lazer), resultando em mudanças significativas na compreensão da noção de rural.

Segundo Veiga (2005):

ao conceito de rural, e de igual modo ao conceito de urbano, não é possível fazer corresponder realidades homogêneas, com atividades econômicas, classes sociais, modos de vida padrões de comportamento social, específicas e dotadas de certa autonomia. Pelo contrário, as características dominantes são a diversidade, a heterogeneidade, contribuindo para fronteiras imprecisas entre o rural e o urbano, que evoluções empíricas recentes longe de atenuarem têm vindo sim a aprofundar. (VEIGA, 2005, p 9).

Em resumo, conforme Veiga (2005, p. 14), o estudo sobre as comunidades rurais apresentava muitos pontos fracos, dos quais se destacam: (1) uma fraca representação espacial dos fenômenos sociais, que não levava em conta os vários níveis e escalas espaciais e a sua articulação; (2) uma explicação das mudanças sociais, econômicas e políticas que considerasse unicamente a influência de

fatores externos urbano-industriais; (3) o pressuposto, em alguns casos, de que as áreas rurais eram necessariamente atrasadas econômica e socialmente.

Em relação à segunda temática (estudos da agricultura), o rural equivale ao agrícola; a sociedade rural, à sociedade agrícola; a economia rural, à economia agrícola (agrária). Os estudos da agricultura privilegiaram ou análises estruturalistas (modos de produção, sistemas agroalimentares), reduzindo o papel dos atores sociais rurais, ou análises individualistas (análises da empresa e do indivíduo humano), que introduziram uma visão economicista, desintegrada do meio social e natural (VEIGA, 2005, p. 18).

Segundo Kageyama (2008, p. 24), “a evolução do conceito de rural reflete a própria evolução do rural, de espaço quase exclusivamente agrícola para um tecido econômico e social diversificado”. Contudo, em virtude da pluralidade de fatores que competem para qualificar um espaço como rural, a noção do que se entende por rural ainda permanece indefinida. As interpretações sobre rural, desse modo, variam de acordo com o país e com o enfoque atribuído, podendo ser de caráter administrativo, analítico ou operacional. No Box 1, é possível ter uma noção geral dessas várias diferenças.

Box 1: Definições de rural

Rural (caráter administrativo): área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores na seguinte situação: rural de extensão urbana, rural povoado, rural núcleo, rural outros aglomerados, rural exclusive aglomerados.

Rural: uma sociedade ou comunidade pode ser classificada como rural, e não urbana, pelos seguintes critérios, que indicam áreas de um *continuum*: menor densidade demográfica, menor diferenciação social, menor mobilidade social; agricultura como ocupação principal; posse da terra como o centro convergente do sistema político-econômico.

Rural: dentro do enfoque *espacial*, o rural compreende o conjunto de áreas em que há algum tipo de freio ao exercício das forças de aglomeração. Já no enfoque *territorial*, o rural é definido pelo conjunto de áreas circunscritas em que a proximidade geográfica possibilita uma interação entre empresas e estruturas sociais locais, nas quais têm importância a cultura e a história local, bem como os interesses comuns.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Kageyama (2008).

De um modo geral, tais definições constituem um exemplo da enorme complexidade existente nesse termo e que, justamente por esse motivo, devem receber atenção especial dos estudiosos e interessados em promover o desenvolvimento rural. Além disso, a utilização incorreta de alguns termos, como é o caso de *rural* e *agrícola*, que geralmente são vistos como sinônimos, tornou-se um dos principais erros de estratégia de desenvolvimento no Brasil.

De acordo com Graziano da Silva (2001), o agrícola diz respeito exclusivamente ao setor da atividade econômica referente ao cultivo de plantas, criação de animais e atividades relacionadas, tais como preparo do solo, construção de cercas etc. Integram essas atividades agrícolas aquelas atividades industriais e de prestação de serviços ligadas à agroindústria, como, por exemplo, fabricação de máquinas e assessoria em agronomia e veterinária.

O termo “atividades não agrícolas”, distante de representar um setor, faz referência às diversas atividades ligadas ao lazer, moradia, turismo, indústria e prestação de serviços que se estabelecem no espaço rural.

O rural, por sua vez, refere-se a um recorte espacial, de natureza geográfica, que nada define em termos de atividades econômicas. Isto é, nas áreas rurais podem ocorrer tanto atividades agrícolas como também não agrícolas. Nesse contexto, de acordo com pesquisas recentes, visualiza-se uma redução das atividades agrícolas nas áreas rurais quando analisadas em termos de pessoas ocupadas e da renda gerada, ao passo que as atividades não agrícolas – principalmente aquelas ligadas à prestação de serviços – vêm crescendo.

Ainda nessa mesma linha, têm-se as definições atribuídas aos termos “rural” e “urbano”, que, segundo Graziano da Silva (2001, p. 11), devem ser analisadas de modo integrado e não separadamente, como geralmente acontece. Para esse autor:

[...] o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multi-propósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas [...] (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 28).

Essa nova fase do rural tem despertado um amplo debate, no meio acadêmico e científico, em busca de uma redefinição do conceito de rural brasileiro. Fatores como a mobilidade crescente entre as cidades e os campos e vice-versa, certa homogeneização dos modos de vida e comportamentos sociais, o recuo demográfico da agricultura, a industrialização e a terceirização difusas, são fenômenos que têm contribuído para aprofundar essa imprecisão de fronteiras.

A respeito disso, Rodrigues (2000) afirma que, apesar das diferenças existentes entre campo e cidade, no contexto atual ambas são realidades tão interligadas que não podem ser percebidas de maneira dualista, como se fossem totalmente separadas, distintas, opostas. O rural hoje apresenta um enorme dinamismo e estreitos vínculos com o urbano, sendo caracterizado por um conjunto de novas funções e ocupações que constituem o denominado “novo rural”.

Wanderley (2000) destaca um conjunto de elementos que configuram essa nova ruralidade, representada por uma integração intersetorial entre o meio rural e o meio urbano: diversificação social, relações de complementaridade com o urbano, crescimento demográfico, valorização dos patrimônios natural e cultural das cidades e o surgimento de novos papéis atribuídos aos agricultores, abrangendo aspectos que envolvem desde a preservação da paisagem e a proteção ambiental até a reprodução das tradições culturais rurais, entre outros. Sobre a nova ruralidade, afirma Laurenti (2000):

trata-se de um conceito cuja abrangência transborda a difusão de atividades não-agrícolas no meio rural, pois inclui uma noção de desenvolvimento regional fundado na integração sistêmica de atividades de distintos setores da economia e envolve a noção de desenvolvimento com base nos recursos locais. (LAURENTI, 2000, p. 2).

De acordo com Guerreiro (2003, p. 516), “as qualidades do mundo rural arrastam novas funções” que podem ser espelhadas nos seguintes aspectos:

- a) redução efetiva do número dos ativos agrícolas: os diversos recenseamentos de população e da agricultura vão indicando uma redução progressiva do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas;

- b) maior segmentação do desempenho dos ativos agrícolas: modelos de agricultura de estratégia comercial, totalmente inseridos nos fluxos de mercado, coexistem com unidade vocacionados apenas para gerarem um complemento em espécie da dieta e aliviarem os respectivos orçamentos;
- c) redução do número de explorações agrícolas: as próprias alterações sucessivas dos critérios de recenseamentos impõem por si só uma diminuição administrativa do universo de explorações agrícolas, parte da qual é atribuível à tendência de abandono de algumas vertentes das atividades agrícolas;
- d) crescimento dos ativos não agrícolas: tem-se verificado uma multiplicação de profissões não agrícolas que se reinstalam no meio rural, dinamizando atividades relacionadas a comércio, serviços, a pequenas unidades de transformação etc., recuperando de certa forma um passado também diverso, mas então apenas orientado para o apoio complementar ao funcionamento das explorações agrícolas;
- e) crescimento da infraestrutura: reconhecimento da necessidade social de dotar as comunidades rurais de equipamentos de infraestruturas coletivas, valorizando o respectivo grau de acolhimento, de modo a oferecer e resolver serviços às populações rurais com a mesma amplitude e qualidade daqueles oferecidos às populações urbanas;
- f) aumento do acolhimento residencial: este aspecto se relaciona com a diversidade profissional, mas resulta também da drástica melhoria das acessibilidades e da possibilidade de mobilidade pendular compatível com as necessidades e obrigações de alguns perfis profissionais;
- g) integração e aculturação: modificações nos hábitos, comportamentos e projetos sociais dos rurais em consonância com o modo de vida das famílias urbanas;
- h) outros aspectos: preservação ambiental, reflexo da baixa ocupação do território e do manejo, por vezes contraditório, das diversas atividades produtivas agrárias.

Sendo assim, o mundo rural não pode mais ser definido somente por suas bases agrícolas, pois a diversidade, a pluriatividade e a multifuncionalidade são aspectos marcantes das transformações da agricultura e das áreas rurais a partir da segunda metade do século XX, passando a conformar o cenário rural da atualidade.

AS FORMAS DE PLURIATIVIDADE NO ESPAÇO RURAL¹

A pluriatividade é entendida como a diversificação das atividades internas e externas das explorações agrícolas, envolvendo um ou mais membros do agregado familiar. Permite a construção de um modelo de certo equilíbrio entre o mundo rural e urbano.

Evidenciam-se variadas tipologias e classificações das situações de pluriatividade na literatura. De forma esquemática, pode-se afirmar que a caracterização da pluriatividade segue três eixos principais: estruturas familiares; estrutura e orientação da exploração agrícola; mercado de trabalho e oportunidades de atividades locais. Tais classificações visam a ressaltar as dinâmicas das diferentes combinações observadas. Todavia, uma distinção em apenas dois grandes tipos de pluriatividade parece essencial e necessária quando queremos estudar a diversificação de atividades, pois a natureza do seu impacto macroeconômico é muito diferente, da mesma forma que as suas modalidades de organização microeconômica.

Nessa distinção, tem-se, por um lado, as famílias agrícolas que consentem a busca por ocupações no mercado de trabalho por um ou outro de seus familiares, que se apresentam como *consumidores* de emprego (*job takers*). É o caso mais frequente das esposas de agricultores que se ocupam em ramos de atividades de educação (professoras), de saúde (agentes locais) etc. O obstáculo que se apresenta a essa estratégia é o próprio mercado de trabalho, que nem sempre comporta absorver essas pessoas. Além disso, ela não contribui, de forma alguma, para a solução de problemas gerais ou locais vinculados ao nível da atividade econômica e ao desemprego.

¹ Esta parte do texto baseou-se largamente em seção do artigo de Brun (1989, p. 8), denominada *Une distinction essentielle*.

Por outro lado, a pluriatividade pode ocorrer através da criação de novas atividades, seja por meio do prolongamento da atividade de produção primária – a montante e a jusante –, seja por meio de recursos variados, especialmente os imobiliários existentes na propriedade rural (edificações, benfeitorias etc.), a fim de promover atividades de todos os tipos em direções “criadoras” de ocupações (*job makers*). Ruth Gasson (1988) designou essas categorias como *farm based activities*, às quais ela adiciona as atividades liberais exercidas no local sem recorrer aos recursos da propriedade rural (*home business*). Esse tipo de diversificação de atividades e rendas, partindo de iniciativas criadoras, permite um impacto macroeconômico nada desprezível, mesmo se em sua ocorrência as empresas do local concorrem de forma marginal.

Entretanto, existem obstáculos para aferir com precisão essas duas “estratégias familiares” de pluriatividade. As atividades denominadas de para-agrícolas (turismo na propriedade agrícola, transformação, venda no varejo de produtos agrícolas diferenciados) não são declaradas como atividades exteriores. Quando os mercados de produtos agrícolas estão saturados, essa estratégia ganha força e prevalece a ideia de que, para uma fração da agricultura, seja uma via de desenvolvimento adaptada ao contexto econômico atual.

Para tal, cria-se a nomenclatura de “empresa rural” contrastando com “empresa agrícola”, pois abrange a realização de novas atividades que demandam diferentes relações entre os membros da família que a compõe, e exige novas competências, especialmente comerciais, com a participação em redes locais e venda face-a-face de produtos e serviços.

Enfim, apesar de existirem múltiplas formas de diversificação das atividades, depreende-se que há dois grandes grupos que se distinguem por seus diferentes impactos na economia local e regional: o grupo dos consumidores de emprego, que, apesar de proporcionar aumento na renda familiar, não gera empregos nem traz uma dinâmica relevante à economia local; e o grupo dos criadores de ocupações, que são responsáveis por uma maior dinamicidade do espaço rural, provocando impactos mais marcantes na economia local.

Diante das transformações do espaço rural nos últimos tempos, o conceito de “desenvolvimento rural multifuncional” vem ganhando espaço na discussão sobre o desenvolvimento das áreas rurais. Segundo Sznajder, Przezbórska e Scrimgeour (2009), o desenvolvimento rural multifuncional é um conceito amplo e de interpretação variada. É comumente considerado como a ativação e diversificação de atividade de negócio, de tal maneira que o futuro da população rural está conectado não somente com a agricultura mas também com os ramos da economia que são alternativos à agricultura.

O desenvolvimento multifuncional envolve a introdução de um crescente número de novas funções não agrícolas – produção, comércio e serviços – no espaço rural. Os elementos básicos do desenvolvimento rural multifuncional incluem:

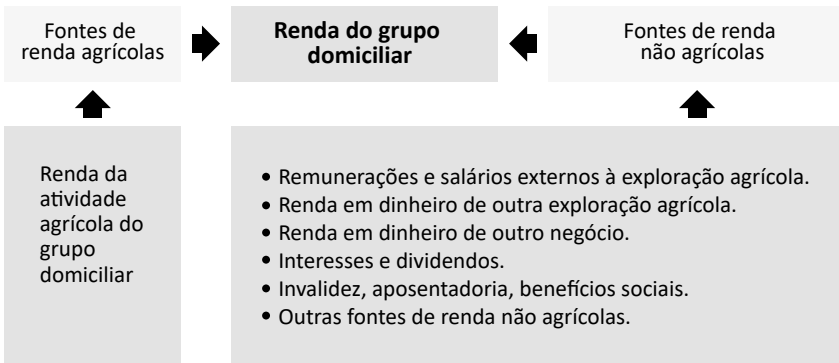
- atividade de produção agrícola;
- atividade de produção não agrícola diretamente relacionada à agricultura: provisão de materiais e meios de produção; serviços de produção (p. ex., mecanização, proteção de plantas etc.), compra, estocagem e transporte e comércio de produtos agrícolas;
- atividade não agrícola, indiretamente relacionada ou completamente não relacionada à agricultura, incluindo: turismo rural e agroturismo (organização de férias e recreação, serviços de bebidas e alimentação, serviços de acomodação); economia florestal; cuidado de paisagem e proteção ambiental;
- todas as outras atividades de produção e serviços não relacionadas à agricultura (atividades e serviços públicos, pequenas e médias empresas representando vários negócios).

As fontes de renda agrícolas para grupos domiciliares podem ser divididas em dois principais grupos:

- **fontes agrícolas:** atividades relacionadas à agricultura;
- **fontes externas às atividades agrícolas:** trabalho lucrativo externo de um membro do grupo domiciliar (salários, remunerações, rendas de outras

atividades) e fontes não lucrativas de renda, como, por exemplo, a aposentadoria e os benefícios sociais, interesses e dividendos.

Figura 1: Fontes de renda agrícolas e não agrícolas



Fonte: Sznajder, Przezbórska e Scrimgeour (2009, p 27).

Segundo Sznajder, Przezbórska e Scrimgeour (2009), o processo de desenvolvimento rural multifuncional pode seguir duas direções: com um influxo externo de ideias, capital, concepções e soluções organizacionais; e como o desenvolvimento de empresa local e atividade econômica dos habitantes rurais da comunidade. O desenvolvimento rural multifuncional está sujeito a uma influência muito forte das condições espaciais, incluindo os seguintes aspectos:

- fatores demográficos (por exemplo: população e sua estrutura, densidade, migração, profissões duplas, desemprego, qualificações e educação etc.);
- fatores naturais (recursos da terra, qualidade do solo, clima, topografia do solo, densidade florestal, valores cênicos etc.);
- capital financeiro;
- infraestrutura (principalmente infraestrutura técnica e social);
- outros (especialmente fatores relacionados com a política estatal regional, região de localização, estrutura agrária e de propriedade).

Nesse sentido, para Kageyama (2008, p. 11), “a complexidade e a multidimensionalidade do desenvolvimento se associam, portanto, à heterogeneidade imposta pelas dotações geográficas e pela ocupação e evolução histórica do

território”. Vale destacar que a interpretação do significado do rural e das relações com o espaço continua a ser um tema da mais alta importância. Como bem destacou Reis (2003):

o interesse pelo rural se deve principalmente pelo fato de nos interessarmos pelas pessoas, pelos territórios, pelas sociabilidades, pelas proximidades relacionais e pelas capacidades que originam ancoragens qualificantes do processo de desenvolvimento. E também porque nos interessamos por uma forma de produzir que associamos a modos de vida que queremos ver como recursos para reinvenção social. (REIS, 2003, p. 43).

É, portanto, a partir da perspectiva de multifuncionalidade, território, diversificação, sociabilidade e desenvolvimento que podemos refletir sobre o turismo no espaço rural. Neste capítulo, procuramos expor as noções básicas que perpassam a discussão sobre o rural e ruralidade, pluriatividade e multifuncionalidade no desenvolvimento rural nos dias de hoje, proporcionando ao leitor a compreensão do contexto em que o tema turismo rural está imerso.

REFERÊNCIAS

BRUN, André. La famille comme unité d'analyse du secteur agricole. *Économie rurale*, n. 198, p. 3-8, nov./déc. 1989.

GASSON, Ruth. *The economics of part-time farming*. Harlow, Essex: Longman, 1988.

GRAZIANO DA SILVA, José. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: *José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem: o Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

_____. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, IE, 2002. 151 p. (Coleção Pesquisas, 1).

GUERREIRO, João Pinto. As condições de inovação nas áreas rurais. In: PORTELA, José; CALDAS, J. Castro (Org). *Portugal chão*. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2003. pp. 515-529.

KAGEYAMA, Angela A. (Org.). *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. 376 p. (Série Estudos Rurais PGDR).

LAURENTI, Antonio Carlos. Terceirização dos trabalhos agrários e o “novo rural”. In: IAPAR (Org.). *Ocupações rurais não-agrícolas: anais: oficina de atualização temática*. Londrina: IAPAR, 2000. v. 1, p. 1-33.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamas; QUEDA, Oriowaldo (Org.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

REIS, José. Observar a mudança. In: PORTELA, José; CALDAS, J. Castro (Org.). *Portugal chão*. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2003 pp.37-45.

RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastreri. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Org.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru: EDUSC, 2000. p. 51-69.

SZNAJDER, Michal; PRZEZBÓRSKA, Lucyna; SCRIMGEOUR, Frank. *Agritourism*. Wallingford, UK; Cambridge, MA, USA: CAB International, 2009.

VEIGA, José Francisco Ferragolo da. *Território e desenvolvimento local*. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2005. (Coleção Agricultura, Território e Sociedade).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, UFRRJ, v. 8, n. 2, p. 87-145, número 15 - out. 2000.